



ENTREVISTA

MINISTRA DO TST

Delaíde Alves Miranda

Erradicar o trabalho escravo é fundamental.

PÁGINA 19

Ano VIII nº 81 - Abril - 2013

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

XVIII CNPT discute a atuação do MPT e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo



Foto: Ascom/ANPT

Confira a cobertura completa do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). O evento foi realizado em Brasília, de 25 a 28 de abril, no Royal Tulip Brasília Alvorada. A conferência de abertura, proferida pelo senador Pedro Taques, abordou “o poder investigatório do Minis-

tério Público como garantia da sociedade”. O CNPT prestou, também, uma homenagem à ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes.

► PÁGINAS 8 a 13

Membros de todo o MPU votam para escolha do novo PGR

No dia 17 de abril, associados da ANPT, da AMP-DFT, da ANMPM e da ANPR escolheram, em votações realizadas por cada uma das entidades de classe, os três membros que formam a lista tríplice encaminhada à presidente da República, Dilma Rousseff, a qual nomeará o (a) novo (a) procurador-geral da República.

► PÁGINAS 4 a 7



Foto: Ascom/ANPT

PL 4356/12

CFT da Câmara dos Deputados aprova PL que cria cargos no MPT

Página 3

PEC 37

Brasil inteiro se mobiliza contra a impunidade

Páginas 14 a 16

Caro Associado,

No mês de abril, diversas ações foram desenvolvidas pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) na defesa dos direitos, das prerrogativas e dos interesses em geral dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), associados da entidade.

A realização do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), o processo de eleição para a escolha do novo procurador-geral da República, com histórica participação dos associados da ANPT, assim como a mobilização nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011 representaram importantes ocasiões para demonstrarmos a força da união de nossa categoria.

Esta edição do Congresso teve como foco central de discussões “A atuação do Ministério Público do Trabalho e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo”, na qual contamos com conferencistas reconhecidos nacionalmente no mundo jurídico e político, além da efetiva e imprescindível participação dos colegas do País inteiro nos debates, com especial destaque para as oficinas do CNPT.

No que concerne ao processo eleitoral referente à formação da lista tríplice para a escolha do(a) novo(a) procurador(a)-geral da República, que exercerá a chefia institucional pelo próximo biênio, não há como se deixar de reconhecer o caráter histórico de sua realização neste ano, com importante participação dos membros de todos os ramos do MPU, o que, no caso do MPT, contou com quase 500 votantes.

Demonstrando também a união dos membros de todo o Ministério Público Brasileiro, em todos os seus ramos e no Brasil inteiro, milhares de membros deram e têm dado importante demonstração de atuação coesa contra a malsinada PEC 37, também conhecida, pertinentemente, como PEC DA IMPUNIDADE, que tenta retirar a atribuição investigatória dos membros da instituição, assim como de outros órgãos de controle, causando imensuráveis prejuízos a toda a sociedade, o que não se pode admitir.

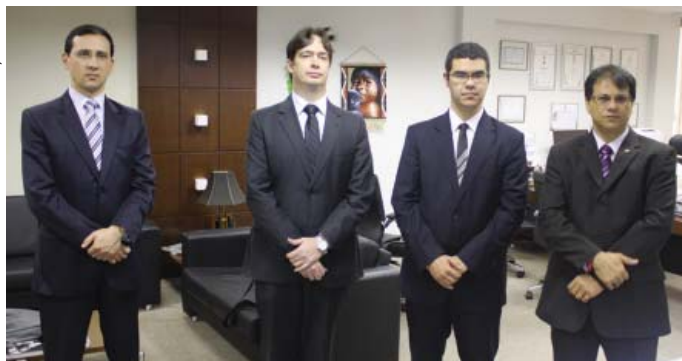
Além desses temas já aqui mencionados, tentamos abordar, ainda que sinteticamente, neste Informativo, a atuação da Associação, de seus Associados e, em geral, de diversos temas que tiveram destaque ao longo do mês de abril, com repercussão para a ANPT e, por conseguinte, para os membros do MPT. Nosso objetivo não é outro senão o de, sempre, prestar contas do trabalho associativo de maneira ampla.

Boa leitura.

CURTAS

Empossado novo procurador do Trabalho

Foto: Ascom/ANPT



Foi empossado na quarta-feira, dia 11 de abril, como procurador do Trabalho, Erick Sousa de Oliveira, aprovado no 17º concurso para membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). O novo procurador oficia na Procuradoria do Trabalho no Município de Água Boa (MT). O presidente da ANPT participou da solenidade de posse, realizada no gabinete do procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo. Na ocasião, o novo procurador agradeceu os cumprimentos e ressaltou que ser membro do MPT sempre foi um sonho, agora realizado. “Essa é a carreira com a qual eu realmente sonhei na minha vida. Aqui é onde eu queria chegar e fico muito feliz. Venho com muita vontade”, completou.

Diretoria da ANPT reúne-se em Brasília

A diretoria da ANPT esteve reunida nos dias 23 e 24 de abril, em Brasília, ocasião na qual foram acertados os últimos detalhes referentes à organização do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT).

Os integrantes da diretoria também acertam as providências preliminares do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT) e discutiram outros temas importantes para a categoria. Dentre eles, as possíveis medidas administrativas e judiciais visando à dedução integral dos gastos com educação no imposto de renda, além de debates sobre outras ações e requerimentos a serem propostos pela Associação em benefício de seus associados e as medidas adotadas pela entidade no que diz respeito à sua participação no processo de escolha do procurador-geral da República.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “5”, Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Comissão de Finanças da Câmara aprova PL que cria cargos no MPT

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT) aprovou, dia 24 de abril, o Projeto de Lei (PL) n. 4.356/2012, que trata da criação de 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho, além de cargos efetivos, em comissão e funções de confiança de servidores no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT). O diretor de assuntos legislativos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Alberto Bastos Balazeiro, acompanhou a sessão, mantendo contatos e desempenhando trabalho de articulação com os deputados para que

ocorresse a aprovação da matéria. O procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, também esteve presente à sessão da CFT.

O PL, que tinha como relator na Comissão de Finanças o deputado Cláudio Puty (PT-PA), seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara, onde tem como relator o deputado Valtenir Pereira (PSB-MT). A ANPT continua acompanhando a tramitação do projeto, adotando as providências necessárias para que seja pautado e aprovado na CCJ com a maior brevidade possível. **N**

Fórum da Copa discute combate à exploração sexual

Foi realizada, dia 18 de abril, a abertura do II Seminário do Fórum Nacional de Articulação das Ações da Copa do Mundo. Promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o evento reuniu em Brasília membros do Ministério Público das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e da Copa das Confederações FIFA 2013 - incluindo procuradores do Trabalho, dos MPs Estadual, Federal, de Contas e promotores-, além de representantes do Judiciário e de órgãos envolvidos com a realização dos jogos. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, que teve como objetivo discutir temas como o atual estágio dos preparativos dos jogos, o combate à exploração sexual, o juizado especial do torcedor,



Presidente da ANPT acompanhou a abertura do Seminário

a situação jurídica do torcedor estrangeiro, entre outros.

Depois da abertura, houve palestra do secretário executivo do Ministério do Esporte, Luiz Fernandes, sobre a situação do planejamento operacio-

nal para a Copa das Confederações. A apresentação tratou dos ciclos de planejamento e da realização do que foi organizado em áreas-chave, como telecomunicações, transporte, fornecimento de energia e segurança. **N**

Grupo de Trabalho Seguro do TRT-10 discute metas de 2013

O Grupo Interinstitucional do Programa TRT-10 de Trabalho Seguro (Getrin 10) reuniu-se, dia 18 de abril, para discutir as metas deste ano. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da reunião, que foi conduzida pelo desembargador Brasilino Santos, gestor regional do Trabalho Seguro (Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho).

No início da reunião, o desembargador informou que, em 2012, o Getrin10 cumpriu quatro das cinco metas previstas. A primeira, implementar comitê interinstitucional de prevenção no TRT-10, foi cumprida com a criação do Getrin10 e a assinatura de cooperação técnica com 18 parceiros. A realização de um ato público pelo trabalho seguro (Meta 2) aconteceu em julho, na

obra do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, com a participação de 4 mil trabalhadores.

O evento científico previsto na Meta 3 ocorreu em agosto, o 1º Seminário TRT-10 do Trabalho Seguro na Construção Civil, que contou com a participação de 180 pessoas, entre magistrados e procuradores do Trabalho, empresários e trabalhadores da construção civil. A promoção de uma ação educativa continuada, com uso do material do programa (Meta 4), aconteceu com a entrega de 3 mil kits do Trabalho Seguro do TRT-10 ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB). O material é composto por uma cartilha educativa, boné e camiseta. **N**

Membros de todo o MPU votam para formação de lista tríplice para escolha do PGR

Associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) escolheram, dia 17 de abril, em votações realizadas por cada uma das entidades de classe, os três membros que formam a lista tríplice que foi encaminhada à presidente da República, Dilma Rousseff, a qual nomeará o (a) novo (a) procurador-geral da República. Na ANPT, cerca de 500 associados participaram da votação.

Os votos consolidados dos quatro ramos do MPU colocaram em primeiro lugar Deborah Duprat, com 884 votos. Em segundo, ficou Rodrigo Janot, com 576, e em terceiro lugar, com 516 votos, Ella Wiecko. A subprocurador-geral da República Sandra Cureau obteve 308 votos.

LISTA É ENCAMINHADA À PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No dia 18 de abril, foi encaminhada à presidente da República, Dilma Rousseff,

por meio de ofício subscrito conjuntamente pela ANPT, pela ANMPM e pela AMPDFT, o resultado da votação para formação de lista tríplice para o cargo de procurador-geral da República. No documento, consta a consolidação dos votos dos membros de todos os

ramos do Ministério Público da União (MPU). Nele, foram tecidas, também, amplas considerações, devidamente fundamentadas, acerca da necessidade da participação de todos os membros do MPU no processo de escolha da pessoa que exercerá a chefia institucional. **N**



Deborah Duprat



Ella Wiecko



Rodrigo Janot



Sandra Cureau

Fotos: ASCOM/ANPR

Manifesto ressalta a imprescindibilidade da participação dos membros do MPU na escolha do PGR

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), juntamente com a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e com a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), divulgou, dia 15 de abril, manifesto que ressalta a imprescindibilidade da participação de todos os ramos do MPU no processo de escolha do novo procurador-geral da República. Para as entidades, somente assim poderá existir um tratamento mais simétrico em relação aos ramos que compõem a instituição.

A chefia do Ministério Público da União (MPU), exercida pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afeta diretamente a atuação institucional dos quatro ramos do MPU e, por esse motivo, segundo as Associações de classe que subscrevem o manifesto, elaborou-se uma lista tríplice conjunta referente às eleições para o cargo e, com

isso, propiciar a participação de todos os membros da carreira no processo de escolha.

Cada Associação promoveu sua eleição e, na mesma data, foram consolidados os votos de cada uma das entidades, formando-se a lista tríplice com os três candidatos mais votados dentre os eleitores de todos os ramos do Ministério Público da União. A partir daí, foram considerados os votos obtidos nas eleições promovidas pela ANPT, pela AMPDFT, pela ANMPM e pela ANPR, o que representa um colégio eleitoral composto de aproximadamente 2.700 membros.

O manifesto foi encaminhado à presidente da República, Dilma Rousseff, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, ao presidente do Senado Federal, Renam Calheiros, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, entre outras autoridades.



BRASÍLIA: Candidatos participam do primeiro debate

Foi realizado dia 2 de abril, na Procuradoria Geral da República, o primeiro debate entre os quatro candidatos ao cargo de procurador-geral da República: os subprocuradores-gerais Deborah Duprat, Ela Wiecko, Rodrigo Janot e Sandra Cureau. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou o evento, que contou com a participação das entidades de classe representativas dos membros do MPU, tendo a ANPT, inclusive, apresentado perguntas que foram respondidas por cada um dos concorrentes.

Os debates foram divididos em quatro blocos. No primeiro, eles se apresentaram e expuseram propostas para melhoria na estrutura do MP, destacaram suas atuações na carreira e o papel da instituição em questões como o combate à corrupção, o debate sobre terras indígenas e o sistema penitenciário brasileiro. Outro tema abordado durante o evento foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, também conhecida como PEC da impunidade. Todos afirmaram ser contra a PEC, que retira do MP a atribuição investigatória.

Outro ponto convergente entre os subprocuradores foi a necessidade de maior descentralização do poder, abrindo maior espaço para a participação dos membros, assim como para a interlocução com o Governo, Supremo Tribunal Federal e os poderes constituídos em geral.



Foto: ASCOM/ANPR

Debate realizado em Brasília

Nesse debate, as perguntas formuladas pela ANPT abordaram o anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) em 2012 e encaminhado ao PGR há vários meses, sem que, até o momento, o projeto tenha sido remetido ao Congresso Nacional. Outro questionamento falava sobre a disparidade de pessoal entre os ramos do MPU, inclusive com a apresentação de dados estatísticos nesse sentido e questionando quais medidas os candidatos adotariam para promover uma distribuição mais equânime dos recursos humanos entre os ramos do MPU.

*Acesse www.anpt.org.br e confira a matéria completa, inclusive, com as repostas dos candidatos.

SÃO PAULO: Segundo debate para a formação de lista tríplice

A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, participou, dia 10 de abril, do segundo debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral da República (PGR). O evento foi realizado na Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR-3), em São Paulo. Na ocasião, os subprocuradores-gerais que concorrem ao cargo, Deborah Duprat, Ela Wiecko, Rodrigo Janot e Sandra Cureau, responderam a questões enviadas previamente à organização do debate pela ANPT, membros do MPF, jornalistas e servidores.

A pergunta elaborada pela ANPT abordou como seria a forma de enfrentamento da questão da ausência de uma política remuneratória adequada, no que diz respeito ao trato da matéria perante o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. A procuradora Ela Wiecko respondeu que é necessário haver uma articulação com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Observou ainda que os Mandados de Injunção (MI) propostos no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria foram impetrados pelas associações de classe e não pelo Ministério Público como instituição, o que demonstra que o atual procurador-geral da República deixou essa questão remuneratória em segundo plano. “Assumo o compromisso de zelar pela simetria com o Poder Judiciário”, disse.

Já a candidata Débora Duprat destacou que pretende assumir pessoalmente a interlocução com o Congresso Nacional, ressaltando a autonomia orçamentária do Ministério Público e a obrigação do Executivo de apresentar a proposta orçamentária tal qual encaminhada pelo MPU. “Vou dialogar com o Executivo para demonstrar que a desvalorização da carreira



Foto: ASCOM/ANPR

São Paulo foi sede do segundo debate

compromete os objetivos fundamentais que interessam tanto a eles quanto à sociedade brasileira”, afirmou. Assegurou que pretende dar curso aos MI sobre o tema, qualificando a manifestação do MPF, por se tratar de assunto de grande interesse dos membros do MPU e do Judiciário.

O candidato Rodrigo Janot, por sua vez, disse que o resultado da defasagem remuneratória decorre do isolamento da classe, da ausência de diálogo, articulação e atuação proativa. Ele propôs colocar toda a sua capacidade de articulação e de negociação para envolver o Poder Judiciário e o Parlamento na solução do problema. Quanto aos Mandados de Injunção, reconheceu que há possibilidade de o STF editar norma concreta temporária até que o Parlamento venha editar a lei em sentido formal.

Já a candidata Sandra Cureau afirmou que o quadro atual é de isolamento institucional e que é necessário que o PGR estabeleça o diálogo direto com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, sem intermediários.

PORTO ALEGRE: Terceiro debate entre os candidatos a PGR

A cidade de Porto Alegre (RS) sediou, dia 12 de abril, o terceiro debate entre os candidatos à lista triíplice ao cargo de procurador-geral da República. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanhou o debate, durante o qual a ANPT entregou, a cada um dos candidatos, ofício em que a Associação tece diversas considerações, com ampla fundamentação, acerca de temas de grande relevância para o Ministério Público do Trabalho (MPT) e seus membros.

Dentre as considerações apresentadas pela entidade, foram abordadas questões como a criação de cargos de membros do MPT e de novas Procuradorias do Trabalho em municípios; a distribuição dos cargos de servidores e a disparidade entre os ramos do MPU; a necessidade de um tratamento equânime na distribuição de recursos orçamentários e de pessoal no MPU. Foi questionada, ainda, a necessidade de respeito à simetria



na indicação dos membros de todos os ramos do MPU para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a diretoria da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), a secretaria-geral do MPU e outros cargos assemelhados; a política remuneratória dos membros do MPU; dentre outras questões caras aos membros do MPT. **N**

RECIFE: ANPT presente no penúltimo debate entre candidatos

Foi realizado, dia 15 de abril, na sede da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, em Recife (PE), o quarto debate organizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) com os candidatos ao cargo de procurador-geral da República (PGR). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo Azevedo Lima, esteve presente no evento. Novamente foi destinado espaço para a formulação de questionamento por parte das entidades de classe representativas dos membros do MPU.

A pergunta formulada pela ANPT disse respeito ao tratamento discrepante entre os ramos do MPU. Ressaltou-se que, além do problema verificado na divisão dos recursos humanos entre os ramos do Ministério Público da União, verifica-se que, também na atividade finalística, o ramo trabalhista é tratado como se fosse de menor relevância, chegando-se ao ponto de, no concurso que está sendo realizado atualmente para preenchimento de cargos de servidores de toda a instituição (para posterior distribuição dos aprovados entre os 04 ramos), não haver sequer a disciplina Direito Processual do Trabalho prevista no edital do certame, nem mesmo para o cargo de analista.

Em resposta, os candidatos ressaltaram que nada justificaria essa falha do edital do concurso para analista do MPU, sem previsão da disciplina Direito Processual do Trabalho, que, segundo eles, refere-se à atuação do MPT, o qual detém uma parcela significativa dos membros da instituição, sendo imprescindível que os servidores que assessoram tais membros estejam devidamente preparados. Considerando que a pergunta abordava, também, a discrepância na divisão de recursos humanos entre os ramos, os candidatos se manifestaram acerca dessa questão.

O subprocurador-geral Rodrigo Janot, embora ressaltando que o MPT, segundo ele, teria valorizado a criação de cargos



de membros em detrimento da estrutura necessária, inclusive com cargos de servidores, ressaltou, contudo, que seu objetivo é buscar uma solução para o caso e valorizar todos os ramos, e que tentaria sempre discutir essa temática com o Conselho de Assessoramento Superior do MPU.

A candidata Deborah Duprat, por sua vez, destacou que também seria objeto de preocupação sua essa questão, ressaltando que teria conhecimento das dificuldades vivenciadas pelo MPT em decorrência de sua carência de servidores.

Já a candidata Ela Wiecko, disse ter lido com bastante atenção o ofício apresentado pela ANPT no debate de Porto Alegre-RS contendo uma série de considerações sobre temas caros aos membros do MPT, o que, em suas palavras, a teria “impressionado” no que diz respeito à desproporcionalidade na distribuição dos cargos de servidores e a situação vivenciada pelo MPT.

A candidata Sandra Cureau tratou detalhadamente da questão referente ao edital do concurso de servidores do MPU e sobre a ausência, no programa para o cargo de analista, da disciplina Direito Processual do Trabalho, ela acredita que não se trata de uma priorização de matérias sobre a atuação de um ramo em detrimento de outro, mas de uma efetiva falha. **N**



RIO DE JANEIRO: Último debate para formação de lista tríplice

No dia 16 de abril, foi realizado o último debate entre os candidatos ao cargo de procurador-geral da República. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou o debate, que aconteceu na sede da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, no Rio de Janeiro (RJ).

Como nos outros debates, novamente foi destinado espaço para a formulação de questionamentos por parte das entidades de classe representativas dos membros do Ministério Público da União (MPU). A pergunta formulada pela ANPT disse respeito à atuação conjunta dos ramos do MPU, em questões relacionadas à promoção e à defesa dos direitos humanos. Segundo a entidade, considerando a transversalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos e, em especial, a relevância da defesa e da promoção de tais direitos, observa-se que o cumprimento dessa tarefa, especialmente quando envolve questões como trabalho escravo, trabalho infantil em geral, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho e outras questões relacionadas aos direitos dos índios, tráfico de pessoas, dentre outras, impõe, muitas vezes, o estabelecimento de estratégias de atuação que envolvem mais de um ramo do Ministério Público.

No entanto, ainda segundo a pergunta, não existe um espaço institucional para que membros dos diversos ramos possam debater e promover atuação conjunta delineando estratégias comuns que visem a conferir máxima efetividade à defesa e à promoção dos direitos humanos, sendo que a ocorrência de tal atuação conjunta e concatenada, quando verificada, acaba por depender da conduta voluntarista dos membros envolvidos, o que se apresenta precário e deficiente. Nesse sentido, indagou-se quais medidas os candidatos pretendem adotar para a



Rio de Janeiro sediou o último debate

Foto: ASCOM/ANPT

criação de espaços institucionais que possibilitem a definição de estratégias comuns e a atuação conjunta entre membros de ramos distintos do MPU. Em resposta, de maneira geral, os candidatos afirmaram que pretendem atuar de maneira concatenada entre os ramos, destacando que, assim, poderia ser realizado um trabalho mais equânime, inclusive valendo-se do Conselho de Assessoramento Superior do MPU para viabilizar e implementar tais medidas. A subprocuradora-geral Deborah Duprat, contudo, disse que o Conselho de Assessoramento não seria o fórum adequado para discutir tais questões, tendo em vista seu caráter administrativo.

Em resposta a outra pergunta de membro do MPF, desta feita envolvendo o relacionamento do procurador-geral da República com o Congresso Nacional e com os demais Poderes e instituições, todos os candidatos ressaltaram a necessidade de se ampliar o diálogo interinstitucional e se buscar uma maior articulação política, colocando o Ministério Público como protagonista no que tange às discussões envolvendo os grandes temas nacionais.

*Acesse www.anpt.org.br e confira a matéria completa, inclusive, com as repostas dos candidatos. **■**

ANPT intensifica contatos com diversas autoridades

A ANPT, em continuidade aos contatos e às tratativas alusivas ao processo de escolha da pessoa que exercerá a chefia institucional do Ministério Público da União (MPU), manteve contato com diversas autoridades, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Federais. A entidade, juntamente com a ANMPM e com a AMPDFT, ressaltaram a necessidade de ser respeitada, nessa escolha, a votação realizada com participação dos membros de todos os ramos do MPU, dia 17 de abril.

Desse modo, além dos contatos já mantidos anteriormente, do encaminhamento do resultado da votação consolidada à presidente da República, Dilma Rousseff e das audiências que vêm sendo realizadas e se buscando realizar com diversas autoridades, as entidades encaminharam ofícios informando o resultado da votação, tomando por base a soma dos votos dos membros de todos os quatro ramos do MPU, além de tecer amplas e fundamentadas consi-

derações acerca da imprescindibilidade da participação de todos os membros do MPU nesse processo de escolha para esse relevante cargo, que tantas repercussões têm na atuação de todos os membros da instituição.

Os ofícios foram encaminhados ao vice-presidente da República, ao presidente do Senado Federal, ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, ao presidente da Câmara dos Deputados, à ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao Ministro da Justiça, ao Advogado-Geral da União, ao Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, ao Secretário da Reforma do Judiciário, ao Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República, ao Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a Assessores Especiais da Presidência da República, dentre outras autoridades.

Vencedores do XIV Prêmio Evaristo de Moraes Filho são agraciados na abertura do evento

Fotos: Ascorm/ANPT



Primeiro colocado, Alessandro Santos Miranda



Associado Ronaldo Lyra recebeu o prêmio representando o segundo colocado



Procuradora Renata Crema representou as terceiras colocadas

O s ganhadores do XIV Prêmio Evaristo de Moraes Filho, na categoria melhor arrazoado, foram agraciados durante a cerimônia de abertura do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). Em primeiro lugar, ficou o procurador do Trabalho Alessandro Santos Miranda.

O segundo colocado foi o procurador do Trabalho Gustavo Rizzo, representado pelo associado Ronaldo Lyra durante a entrega da medalha. Já em terceiro lugar, foram premiadas duas procuradoras do Trabalho Clarissa Ribeiro e Fabíola Junges,

que apresentaram um trabalho coletivo. Na ocasião, elas foram representadas pela associada Renata Aparecida Crema.

Entre os objetivos do prêmio, promovido pela ANPT, está a divulgação de trabalhos jurídicos, frutos da produção intelectual dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). O julgamento das obras coube a uma comissão integrada pelos procuradores Marcelo José Ferlim, Thalma Rosa de Almeida e José de Lima Ramos. A editora LTr é a patrocinadora oficial das premiações oferecendo aos ganhadores livros jurídicos por ela editados.

Associados lançam livros durante o Congresso

A o longo da programação do XVIII CNPT, foi realizado lançamento de livros dos associados da ANPT. Ao todo, seis obras foram lançadas durante o evento.

O procurador do Trabalho Alessandro Santos de Miranda lançou o livro “Ativismo judicial na promoção dos direitos sociais: a dimensão política da jurisdição constitucional na realização dos direitos sociais. O Supremo Tribunal Federal como formador de novos parâmetros de civilidade social e propagador do ativismo judicial”.

Sobre o livro, Alessandro Miranda ressaltou que a obra é fruto da conclusão do mestrado em Direito Constitucional na Universidade de Sevilla. Segundo ele, a questão ganha especial urgência frente à problemática de uma

longa história de desigualdade e exclusões no país. “Pensar nos direitos sociais fundamentais significa explorar suas potencialidades, transladando o terreno da discussão e repensando estes direitos a partir da realidade que deixaram de conter, formulando soluções possíveis para a satisfação das necessidades humanas básicas”, destacou.

Já os procuradores regionais do Trabalho Ricardo José Macedo de Brito Pereira e Adriane Reis de Araújo, e a procuradora do Trabalho Lorena Vasconcelos Porto lançaram a obra “Soluções alternativas de conflitos trabalhistas”. O livro não apenas se ocupa de mecanismos alternativos nesta perspectiva, pois vai mais além, na medida em que se detém, com maior profundidade, no próprio conflito e em algumas situações que lhe dão origem, bem como no marco normativo em que se inserem.

O “Compromisso de ajustamento de conduta” foi o tema do livro lançado pelo procurador do Trabalho Bruno Gomes Borges Fonseca. Já a obra da associada da ANPT Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes teve como título “*Inmigración y derechos humanos. Análises crítico Del caso brasilenno*” e apresenta as leis de imigração no Brasil a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com o papel dos direitos humanos.

Outro livro apresentado no evento foi “Ações afirmativas – 2ª edição” de autoria do procurador regional do Trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho”. O procurador regional do Trabalho Manoel Jorge e Silva Neto também lançou livro durante o evento, com o tema “Teoria Jurídica do assédio e sua fundamentação constitucional”.

Abertura do XVIII CNPT reúne centenas de participantes de todo o Brasil

Foi realizada, dia 25 de abril, a solenidade de abertura do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em Brasília. Centenas de pessoas, entre membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de outros ramos, da magistratura, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, advogados, além de diversas entidades parceiras da ANPT, estiverem reunidas no evento que teve como tema central a “A atuação do Ministério Público do Trabalho e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo”.

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, destacou, durante a solenidade de abertura, o trabalho de acompanhamento de proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional, realizado permanentemente pela entidade, que, segundo ele, conduz à inquestionável e lamentável constatação acerca de um número cada vez maior de PLs que levam a uma crescente precarização das relações de trabalho. “Isso é o que se verifica, por exemplo, em relação ao PL 4.330/04, que trata da terceirização de forma ampla e, em muitos de seus dispositivos, faz isso a despeito da garantia de condições dignas de trabalho, projeto este que teve o parecer de seu relator apresentado há poucas semanas e já



Presidente da ANPT durante o seu discurso

contou mais de uma centena de propostas de emendas, várias delas formuladas pela ANPT”, esclareceu.

Em relação à valorização da carreira dos membros do MP, Azevedo Lima disse que a instituição tem sofrido grandes ataques, o que se inicia com o descumprimento de preceitos básicos como o que garante a atualização monetária do valor dos subsídios da categoria, que acumula perdas gradativas ao longo dos anos. Outro assunto levantado por ele diz respeito à PEC 37/2011, que retira do MP o poder de investigar. Para ele, “por mais que já tenhamos registrado nosso repúdio em todas as oportunidades que para tanto tivemos, não poderíamos deixar de registrar, mais uma vez, que não há, sob qualquer hipótese, como se conceber

proposições como a malsinada e nefasta PEC DA IMPUNIDADE”.

Sobre a eleição do novo procurador-geral da República, Azevedo Lima ressaltou, e agradeceu, a participação dos quase 500 associados da ANPT na votação para formação da lista tríplice e ressaltou que a ANPT esteve presente em todos os debates e manteve diversos contatos com cada um dos candidatos, os quais, “de maneira respeitosa e sempre buscando maiores esclarecimentos e informações, ouviram argumentos e receberam documentos e manifestos da ANPT, por meio dos quais se buscou, fundamentadamente, expor os temas de maior relevância para o Ministério Público do Trabalho e seus membros, requerendo seja a eles dada especial atenção”, contou.

O procurador-geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo, por sua vez, parabenizou a entidade não só pela realização do Congresso, mas, também, pela condução dos anseios associativos. Já a subprocuradora-geral da República, Débora Duprah, que, no ato, representou o procurador-geral da República, agradeceu aos procuradores do Trabalho pelos votos que recebeu na formação da lista tríplice para o cargo de PGR e se comprometeu, caso eleita, a cumprir o compromisso firmado durante os debates.

*Acesse www.anpt.org.br e confira a cobertura completa.



Procuradores de todo o país participaram do evento



A atuação do MPT e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo

“Ao defender a constituição, automaticamente

A conferência de abertura do XVIII CNPT, proferida pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), abordou “O poder investigatório do Ministério Público como garantia da sociedade”. Durante sua palestra, o parlamentar destacou a importância da atuação do MP e lembrou as constantes tentativas de se enfraquecer a instituição retirando as prerrogativas de seus membros.

Segundo Pedro Taques, o Ministério Público tem sofrido ataques diretos e indiretos do Congresso Nacional, ao aprovar proposições legislativas que visam a diminuir a atuação de seus membros. Em função disso, o senador propôs questionar qual a razão desses ataques e como a instituição deveria lidar com essa questão, principalmente em casos que ferem a Constituição Federal. “Ao defender a Constituição, automaticamente se está defendendo o MP”, disse.

Foto: Ascom/ANPT



Senador defendeu a atuação do MP durante sua conferência

Ministra da Secretaria de Direitos Humanos recebe homenagem da ANPT

Durante o XVIII Congresso CNPT, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) homenageou a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, por sua destacada trajetória na defesa dos direitos sociais e na promoção dos direitos humanos. Na ocasião, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a pertinência da escolha do nome da ministra para receber a homenagem da Associação este ano.

Segundo ele, sua atuação em diversos temas, muitas vezes ligados



Entrega da placa em homenagem à ministra Maria do Rosário Nunes

diretamente à atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, como o combate ao trabalho escravo e infantil, ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual de crianças e adolescentes, à discriminação, dentre vários outros, demonstram a relevância

Foto: Ascom/ANPT

dessa parceria e da atuação da homenageada.

A ministra agradeceu a homenagem e ressaltou a honra em recebê-la. Segundo ela, esse momento deve ser compartilhado com todos os ministros que passaram pela secretaria anteriormente, bem como por toda a sua equipe. Maria do Rosário reconheceu, também, a força e a relevância da atuação dos membros MPT e disse que a instituição é de extrema importância para a democracia no Brasil. Ela comentou, ainda, a relação com a ANPT e disse que “essa parceira tem uma longa vida em prol do cidadão e de todos os trabalhadores brasileiros”.

se está defendendo o MP”

De acordo com ele, dois pontos primordiais devem ser levados em consideração para explicar tal atitude: o primeiro, explicou, é o que ele denominou de “mp-centrismo”. “O MP não pode se fechar, ele deve fazer uma interlocução com a sociedade e com os agentes políticos que se encontram no Congresso. Temos que superar essa aversão a políticos”, reforçou.

Outro ponto a ser observado, segundo o conferencista, é o mal que a Emenda Constitucional 45 fez ao retirar a capacidade política do MP. “Ela transformou o membro do MP em meio cidadão”, disse o senador, afirmando que o Ministério Público paga por isso até os dias de hoje. “Em 1988, na Constituinte, existiam

trinta membros do MP atuando. Hoje, nós temos lá no Senado somente um senador que tem a sua origem mais firme no MP, embora não mais integre a instituição, e na Câmara apenas dois. Vê-se uma clara falta de representatividade do MP dentro do Congresso e, hoje, chega-se à conclusão de que isso é muito ruim”, completou.

Como exemplos de prejuízos dessa falta de representatividade e, principalmente, da tentativa de retirar algumas prerrogativas do MP, o senador citou algumas Propostas de Emendas à Constituição (PEC), como a PEC 37/2011, também conhecida como PEC da Impunidade, que retira o poder investigatório do MP e dá exclusividade às polícias civil e

federal. O senador Pedro Taques ressaltou que o MP é essencial à própria existência do Estado e que ele não existiria sem que pudesse cumprir seus objetivos. “O Estado só tem um objetivo, que é a busca do alcance do bem comum. Como se ter uma sociedade mais justa sem que o MP possa ter uma atuação republicana no exercício das suas prerrogativas?”, pontuou.

O parlamentar ressaltou também que “o tempo para o MP não é o melhor e ele precisa se atentar a isso. Muitas vezes, os ataques ao MP podem se dar de forma indireta, retirando atribuições, mas temos que superar tais questões”.

Professor Ingo Sarlet aborda a dignidade da pessoa humana e a proibição do retrocesso

Foto: Ascom/ANPT

No dia 26 de abril, o professor da Universidade de Direito da Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Ingo Sarlet, proferiu conferência sobre “Os direitos sociais, a dignidade da pessoa humana e a proibição do retrocesso”. Ele explicou que o tema é recorrente entre os procuradores do Trabalho e que tem grande repercussão não apenas para o Ministério Público, mas, também, para toda a sociedade.

Segundo o professor, “a ideia da proibição do retrocesso legal está diretamente ligada ao pensamento do constitucionalismo dirigente, que estabelece as tarefas de ação futura ao



Estado e à sociedade com a finalidade de dar maior alcance aos direitos sociais e diminuir as desigualdades. Em razão disso, tanto a legislação como as decisões judiciais não podem abandonar os avanços que se deram ao longo desses anos de aplicação do direito constitucional com a finalidade de

concretizar os direitos fundamentais”, ressaltou.

Ainda de acordo com Ingo Sarlet, o princípio da proibição do retrocesso social confere aos direitos fundamentais, em especial aos sociais, estabilidade nas conquistas dispostas na Carta Política, proibindo o Estado de alterá-las, quer seja por mera liberalidade ou como escusa de realização dos direitos sociais. “O princípio em questão traz segurança jurídica tanto para a sociedade quanto aos direitos sociais, impedindo que as três funções do Estado extingam ou suprimam direitos já conferidos pela Constituição Federal sem que sejam substituídos ou majorados”, comentou.

A atuação do MPT e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo

Oficinas permitem discussão de temas relacionados à atuação dos membros do MPT

Ao longo dos dias de realização do XVIII CNPT, promovido pela ANPT, cinco oficinas de discussão foram realizadas abordando temas inerentes ao cotidiano dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). Algumas discussões aconteceram simultaneamente e propiciaram a participação e a troca de informações entre os associados.

A primeira oficina aconteceu na manhã da sexta-feira, 26 de abril, e teve como tema central a “Execução das decisões judiciais proferidas em ações do MPT e a verificação do cumprimento de obrigações previstas em TACs”. A segunda, discutiu “Dumping Social”.

Na parte da tarde, outras duas oficinas foram promovidas. A primeira sobre “Nova redação da Orientação Jurisprudencial n.130 do TST e sua repercussão nos procedimentos e ações em curso”. A outra teve como tema “Dispensa coletiva”.

A última oficina promovida pela ANPT ao longo do Congresso aconteceu na manhã de sábado, 27/04. O tema central foi

“A atuação do MPT por projetos”. Durante a assembleia-geral, realizada também nesse dia, os participantes puderam votar e aprovar as propostas lançadas em cada oficina, a fim de integrar uma pauta de propostas e de providências a serem adotadas pela ANPT.



Primeira oficina

Fotos: Ascom/ANPT



Segunda oficina



Terceira oficina



Quarta oficina



Quinta oficina

Ministro do TST aborda o direito do trabalho na promoção dos direitos humanos

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Augusto César Leite de Carvalho proferiu, na manhã do dia 27 de abril, a conferência de encerramento do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). Com o tema “O Direito do Trabalho na Promoção dos Direitos Humanos”, ele abordou, entre outros assuntos, o direito e as liberdades individuais, os direitos sociais, as garantias institucionais, o meio ambiente de trabalho e a questão do trabalho escravo e infantil.

“O direito do trabalho viabiliza a aprovação de outros direitos, que dizem respeito à liberdade em geral, à liberdade de expressão, aos direitos da personalidade, à vida e à própria dignidade humana numa forma mais abrangente. Ele faz com que nós possamos ter os outros direitos”, afirmou o ministro.

“O meio ambiente de trabalho corresponderia à interrelação da força de trabalho humano e sua atividade no plano econômico (matéria), afetando o seu meio (ecossistema). Portanto, quando o ‘habitat laboral’ se revela inidôneo a assegurar condições mínimas para uma razoável qualidade de vida do trabalhador, teremos aí uma lesão ao meio ambiente de



Conferência encerrou a programação técnico-jurídica do evento

Foto: Ascom/ANPT

trabalho, e esse complexo de bens materiais e imateriais pode ser agredido e lesado tanto por fontes poluidoras externas como internas, provenientes de outros empreendimentos”, comentou Augusto Cesar em sua apresentação, destacando, também, que “o meio ambiente de trabalho está em crise e precisa de ações que assegurem um meio ambiente saudável e equilibrado. Isso tudo é um processo e o mais importante é caminhar, continuar caminhando, com o Judiciário e o MP juntos”, destacou o ministro.

Assembleia-geral encerra o XVIII CNPT

Participantes do XVIII CNPT estiveram reunidos, dia 27 de abril, para realizar a assembleia-geral extraordinária da categoria. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esclareceu pontos referentes à atuação da entidade, falou sobre os preparativos do 25ª Encontro Nacional



Presidente da ANPT apresentou informações sobre a atuação da entidade

dos Procuradores do Trabalho, que este ano será realizado na Bahia, comentou sobre a aquisição das novas salas para ampliação da sede Associação, relatando todo o histórico das negociações, apresentou uma prestação de contas quanto às medidas adotadas pela entidade em cumprimento às deliberações da categoria na assembleia

Foto: Ascom/ANPT

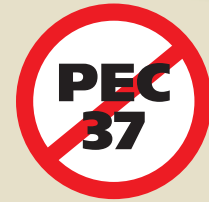
anterior, prestou informações acerca da tramitação de pleitos da ANPT em defesa dos interesses da categoria, dentre outras questões.

Houve também, na ocasião, leitura e apreciação do parecer do Conselho Fiscal referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 e dos meses de janeiro e fevereiro

deste ano. Todos eles foram aprovados pelo conselho fiscal da ANPT, tendo sido o parecer, também, aprovado por unanimidade na assembleia. Os procuradores do Trabalho discutiram, ainda, temas inerentes à sua atuação e analisaram as propostas surgidas a partir da realização das cinco oficinas do CNPT e deliberaram acerca de tais propostas.



Brasil contra a IMPUNIDADE!



Brasil contra a IMPUNIDADE!



Entidades realizam ato público no Congresso Nacional contra a PEC 37

No dia 24 de abril, integrantes da diretoria e associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de várias outras entidades de classe do Ministério Público de todo o Brasil participaram de ato público contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que tramita atualmente no Congresso Nacional. Na oportunidade, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e demais dirigentes das associações, acompanhados de vários deputados federais e senadores, foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), ocasião em que entregaram um manifesto com milhares de assinaturas colhidos no país inteiro contra a PEC da Impunidade.

Para o presidente da ANPT, o ato contra a impunidade foi extremamente oportuno e relevante, pois conseguiu reunir no Congresso Nacional milhares de membros de todo o Ministério Público brasileiro, os quais, no cum-



Milhares de membros do MP foram ao Congresso Nacional

Fotos: Ascom/ANPT

primento de sua missão constitucional de defender o regime democrático e os interesses da sociedade, deixaram claro aos parlamentares, em alto e bom som, que não se pode tolerar tamanha afronta ao Estado de Direito como seria a aprovação dessa malsina-proposição legislativa.

Em sua manifestação, o presidente da Câmara afirmou que a PEC 37 deverá entrar na pauta de votações em junho e que no mês de maio os membros do Ministério Público e os delegados de polícia deverão buscar o alcance de um consenso sobre a matéria, que também é de interesse da população em geral. **N**

Ministro da Justiça recebe participantes da mobilização

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 24 de abril, de reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na pauta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, também conhecida como “PEC da Impunidade”, que confere a exclusividade da investigação criminal às polícias civil e federal, inviabilizando a atuação de outros órgãos de controle, a exemplo do Ministério Público.

Durante a reunião, que contou com a presença de diversos outros participantes da mobilização nacional contra a PEC promovida em Brasília, dentre eles dirigentes das Associações nacionais e outras entidades representativas de membros do Ministério Público, foram ressaltados ao ministro os prejuízos que seriam acarretados pela aprovação da proposta.



Entidades falaram sobre os prejuízos caso a PEC seja aprovada

Foto: Ascom/ANPT

Segundo manifestação de todos os dirigentes associativos, não só o Ministério Público seria prejudicado, mas também, e principalmente, a sociedade, que deixaria de contar com mais um instrumento no combate à impunidade no país.

O ministro, por sua vez, disse que é necessário um alinhamento entre delegados e MP, com o objetivo de diminuir

conflitos que não interessam ao Estado Brasileiro. Ressaltou, também, a necessidade de ampliação do diálogo entre os dois ramos, tendo ele se colocado à disposição para intermediar os debates. “A negociação pressupõe mudança da realidade negociada e podem contar comigo para que possamos tentar construir uma solução consensual”, disse. **N**

ANPT participa do 1º Simpósio Brasileiro Contra a Impunidade



Fotos: Ascom/ANPT

ANPT entre as entidades promotoras do evento

“Lamentamos que estejamos diante de um cenário tão sombrio em que a relevantíssima união aqui demonstrada, com participação efetiva de membros de todos os ramos do Ministério Público Brasileiro, do país inteiro, precise ser utilizada para evitar graves retrocessos, ao invés de, como seria ideal, para que pudéssemos avançar para o alcance de maiores conquistas para o Ministério Público e para a sociedade como um todo”. Com essa linha argumentativa, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou na manhã do dia 24 de abril, do 1º Simpósio Brasileiro Contra a Impunidade, realizado no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Diversos integrantes da

diretoria da ANPT e outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) também acompanharam o evento, que reuniu centenas de membros do MP de todo o Brasil para chamar a atenção da sociedade sobre a gravidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37/2011.

O presidente da ANPT ressaltou o quão nefasta é a PEC, que retira o poder de investigação do MP, com prejuízos para toda a sociedade. Segundo o procurador, a proposta não retira o poder investigatório apenas do Ministério Público. “Em nenhum momento a PEC diz que será o Ministério Público ou qualquer outra instituição que deixará de investigar. Na realidade, ela dá exclusividade de investigação a um segmento específico, integrado pelas polícias civil e federal, e, com isso, inviabiliza relevantes investigações que têm sido realizadas por órgãos como a Receita Federal, a Controladoria-Geral da União, o COAF e vários outros, que tanto têm contribuído para o combate aos mais diversos e graves crimes. E isso, infelizmente, seria prejudicado na hipótese de aprovação da PEC, que vai na contramão de todo o direito comparado”, disse, lembrando logo em seguida que somente Uganda, Quênia e Indonésia não permitem a investigação por parte do MP.

Azevedo Lima lembrou, ainda, que não há uma disputa corporativa da parte do MP. “Os membros do Ministério Público estão longe, muito longe de defender qualquer interesse corporativo quando combatem a PEC 37. Nós estamos, na realidade, cumprindo a nossa missão constitucional, que consiste na defesa do Estado democrático do direito, do regime democrático e, acima de tudo, a defesa dos interesses mais caros da sociedade brasileira. Portanto, continuemos juntos nesse trabalho, não deixemos em nenhum momento de intensificá-lo, a fim de que possamos otimizar os resultados e, finalmente, conseguir o arquivamento da malsinada PEC DA IMPUNIDADE”, concluiu.

O grupo responsável pela organização do evento, do qual a ANPT faz parte, esteve reunido na sede da Conamp para finalizar os detalhes do Simpósio no dia 3 de abril. **■**



Participantes lotaram o auditório do MPDFT



Reunião na sede da Conamp

Congresso Internacional de Direito Sindical tem presença da ANPT

Foto: Ascom/MPT-CE



Presidente da ANPT durante sua palestra

“A Administração Pública na Mesa de Negociação” foi o tema de palestra proferida pelo presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, dia 11 de abril. A apresentação fez parte da programação do Congresso Internacional de Direito Sindical, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e, em especial, pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), entre os dias 10 e 12 de abril, em Fortaleza (CE). O objetivo do evento foi aprofundar a discussão sobre o sindicalismo brasileiro, considerando a realidade do trabalho e dos reflexos da crise econômica europeia, que ameaçam se alastrar pelos demais países.

Na ocasião, temas importantes do cotidiano sindical foram discutidos, entre

eles a humanização do trabalho, a relação das entidades representativas das várias categorias com o poder público, sobretudo o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Ministério do Trabalho. De acordo com o presidente da ANPT, a negociação coletiva de trabalho é considerada uma das formas mais eficazes de pacificação dos conflitos coletivos e deve ser fomentada no âmbito da Administração Pública, na medida em que seu alcance transcende até mesmo os interesses dos próprios servidores e agentes públicos para atingir toda a sociedade.

O procurador ressaltou ainda que a autonomia da organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve são dimensões indissociáveis e inerentes ao reconhecimento constitucional

da liberdade sindical, afirmando que a não institucionalização da negociação coletiva e sua evolução de maneira informal trazem inegáveis desvantagens, dentre elas a possibilidade de o administrador descumprir o que foi acordado sem maiores consequências além daquelas de cunho político. “Enquanto o número de greves de servidores públicos bate recordes, na iniciativa privada as paralisações perdem fôlego e dão lugar a negociações mais eficazes”, exemplificou.

Para ele, que apresentou durante a palestra exemplos do trato da questão em diversos países, o direito à negociação coletiva dos servidores e agentes públicos relaciona-se com a proteção de sua cidadania, por ser expressão da própria noção de democracia participativa, caracterizando-se como um direito fundamental.

O presidente da ANPT ressaltou, também, que “não há como deixar de considerar, ademais, que essa tríade indissociável formada pelo direito à sindicalização, à negociação coletiva e o exercício do direito de greve constitui, antes de mais nada, uma importante garantia do Estado Democrático de Direito que busca por melhorias e avanços no que tange aos direitos trabalhistas e aos direitos sociais em geral”, afirmou. **N**

ANPT participa de reunião da Coordenadoria do Trabalho Portuário e Aquaviário

Foi realizada, dia 18 de abril, a abertura da reunião da Coordenadoria do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa), do Ministério Público do Trabalho (MPT). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade e falou sobre temas importantes para a categoria, como a tramitação de proposições legislativas de interesse dos membros do MPT no Congresso Nacional, a exemplo das PECs que tratam do ATS.

Azevedo Lima destacou o trabalho da Associação, em parceria com os coordenadores e outros integrantes da Conatpa, no acompanhamento da tramitação da MP dos Portos. Lembrou, também, a participação em audiências realizadas com alguns Senadores para tratar da matéria.

Por fim, o presidente da entidade associativa agradeceu a participação dos procuradores do Trabalho de todo o país, associados da ANPT, no processo eleitoral com os candidatos ao cargo de procurador-geral da República, ocorrido no dia 17 de abril. “A participação dos associados da ANPT na eleição para a formação de lista tríplice dentre os candidatos que concorrem ao cargo de PGR consiste em algo imprescindível para que possamos avançar na busca do alcance de um sistema mais democrático na escolha da pessoa que exercerá a chefia do Ministério Público da União, até porque não podemos admitir a priorização de qualquer ramo em detrimento dos demais”, afirmou.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço www.anpt.org.br, e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11º andar
 Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
 e-mail: anpt@anpt.org.br



“Todos os trabalhadores têm iguais direitos, independentemente da função que exerçam”

A ministra do TST, Delaíde Alves Miranda Arantes, aborda as medidas que podem contribuir para erradicação do trabalho escravo e faz um panorama sobre a eficácia da Emenda nº 72, que tem como pilares a igualdade e a valorização do trabalhador doméstico. Confira.

Sua trajetória profissional está ligada umbilicalmente à área dos direitos sociais. Como avalia esse relevante segmento da área jurídica na realidade brasileira?

A nossa Constituição Cidadã de 1988 estabelece como objetivos da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Preconiza ainda a Carta Magna, a afirmação da cidadania, da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho. Os direitos sociais incluem educação, trabalho, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência. Os direitos dos trabalhadores são conquistas sociais desse mesmo contexto.

A exploração do trabalho escravo, apesar dos avanços constatados em seu combate nos últimos anos, ainda se apresenta como uma lamentável realidade no setor urbano e rural em nosso país. Em sua opinião, quais medidas poderiam contribuir para a erradicação da escravidão contemporânea?

Uma lamentável realidade, em pleno Século XXI. Para a erradicação do trabalho escravo é necessária mudança de mentalidade de determinados segmentos da sociedade. Mudar paradigmas. As leis precisam ser cumpridas. Ainda assim, não é o suficiente para banir esse grande mal. Medidas de caráter punitivo como a aplicação de multas, o corte de crédito ao infrator ou apreensões das mercadorias não resolvem de todo o problema, pois os setores dados à exploração humana consideram ‘vantajoso’ utilizar-se de mão de obra escrava.

O trabalho escravo, além de demonstrar atraso, retrocesso, prejudica a imagem do Brasil no exterior, provocando restrições comerciais. A erradicação é de suma importância e urgente.

Em relação ao trabalho infantil, principalmente no âmbito doméstico, em que as dificuldades de fiscalização são muito maiores, como vislumbra uma atuação mais eficaz para modificar essa grave realidade?

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem dez milhões de crianças trabalhando em casa de terceiros no mundo. No Brasil, as estatísticas oficiais contabilizam cerca de 400 mil crianças nessa situação. O Ministério do Trabalho não tem poder de polícia. O auditor fiscal do trabalho não pode entrar nas casas quando recebem denúncias de trabalho doméstico. O lar é inviolável e nessa situação os fiscais do trabalho ofendem o Ministério Público e o Conselho Tutelar para que seja empreendida a ação necessária.

A conscientização da sociedade sobre o direito da criança de brincar e estudar, sobre as garantias constitucionais, o implemento de políticas públicas, com escolas em tempo integral, aliado ao dever de todo cidadão de contribuir para a erradicação do trabalho infantil, serão, com certeza, eficientes mecanismos para tirar o Brasil desse quadro.

Considerada a recente aprovação da PEC que trata da isonomia entre trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores, como observa as manifestações, muitas vezes de cunho preconceituoso, envolvendo alguns setores da sociedade? Como avalia a anunciada regulamentação da emenda constitucional?

A Emenda 72 promulgada pelo Con-

gresso Nacional no dia 2 de abril de 2013 é de suma importância para o processo democrático brasileiro e para o cumprimento de preceitos fundamentais da Constituição Federal, que tem como pilares a igualdade e a valorização do trabalho. A efetivação dos direitos dos trabalhadores domésticos é quase uma imposição, para se corrigir uma injustiça que vem dos tempos da escravidão, traduzida em preconceito e discriminação, tratamento dispensado a uma parcela tão importante e significativa de trabalhadores, que, no Brasil, são mais de 7 milhões.

Essa parcela da sociedade que reclama desse avanço precisa mudar seus conceitos e agir em consonância com os ditames deste século, sem discriminação. Todos os trabalhadores têm iguais direitos, independentemente da função que exerçam. Em 2013 comemoramos os 70 anos da CLT. E, ao mesmo tempo, 70 anos de exclusão dos trabalhadores domésticos. A única explicação possível para tanta polêmica é uma certa ideia de grande parte da sociedade, de que ao doméstico é permitido trabalhar sem fixação de jornada. Sem dúvidas, resquícios da escravidão.

O empregado doméstico é um ser humano que merece respeito, tem família, tem filhos, precisa ter tempo para estudar, para o lazer, para cuidar da família e nada justifica exigir mais de 8 horas por dia de trabalho. A Emenda 72/13 melhora a situação dos domésticos. Ela veio como resposta, ainda que tardia, dos reclames dos empregados domésticos pela igualdade de direitos e tratamento, após a aprovação pela OIT, em 2011, da Convenção 189 e Recomendação 201, de implementação do trabalho decente para os trabalhadores domésticos, no âmbito de 183 países do mundo. **N**

Presidente da CCJ recebe visita da ANPT

Foto: Ascom/ANPT



Diretoria reunida com o presidente da CCJ

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, se reuniram, dia 3 de abril, com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara de Deputados, deputado federal Décio Lima (PT-SC). Durante o encontro, a ANPT colocou-se à disposição da Comissão para colaborar na busca de melhorias e no aperfeiçoamento da legislação sobre as demandas dos trabalhadores brasileiros, inclusive por meio da participação da entidade em audiências públicas para debater em profundidade as matérias em tramitação na CCJ, entre outras atividades que a Comissão vier a realizar.

A diretoria da ANPT entregou ao presidente da CCJ notas técnicas sobre o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes, bem como sobre o PL 6745/2006, que altera dispositivos da Lei nº 7.347, a chamada “Lei de Ação Civil

Pública”, para instituir o controle judicial sobre os inquiridos civis. Entregou, também, nota sobre a PEC 505/2010, que altera diversos artigos da Constituição Federal, para excluir a aposentadoria por interesse público do rol de sanções aplicáveis a magistrados e para permitir a perda de cargo, por magistrados e membros do Ministério Público, na forma e nos casos que especifica.

Os procuradores expuseram a preocupação da Associação em relação a diversas proposições legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados, em especial na CCJ. Segundo a presidência da ANPT, muitas delas têm graves e perenes reflexos em parcela significativa da sociedade. Décio Lima foi muito receptivo às demandas da entidade e externou a forma na condução da Comissão, que será de democracia, com a tomada final de decisões após amplo debate com a participação dos segmentos organizados da sociedade.

Azevedo Lima destacou, ainda, outras matérias que têm o apoio da ANPT e aguardam votação na CCJ, como é o caso da PEC 327/2009, que revoga parcialmente o art. 109 da Constituição, retirando a competência dos Juizes Federais de processar e julgar crimes contra a organização do trabalho, transferindo para a Justiça do Trabalho a competência penal em tais casos, pretendendo-se o deslocamento por afinidade e pertinência. Outros projetos abordados pelo presidente da ANPT foram o PL 2214/2011, que dispõe sobre o processamento de recursos na Justiça do Trabalho e a PEC 95/2011, que altera artigo da Constituição Federal, para modificar a indicação do procurador-geral da República, que, na condição de chefe do Ministério Público da União, passaria a ser eleito dentre os integrantes da carreira. **N**

Instalada Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP

Foi instalada, dia 3 de abril, a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Criada pela Emenda Regimental nº 6/12, a Comissão tem o objetivo de acompanhar a atuação das promotorias e procuradorias especializadas na defesa dos direitos fundamentais e elaborar, em

conjunto com os Ministérios Públicos, estratégias nacionais direcionadas ao seu aprimoramento, além de estimular a interação entre a instituição e os movimentos sociais organizados. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de lançamento.

O presidente do CNMP, Roberto Gurgel, lembrou que o Ministério Público

tem o dever constitucional de promover os direitos fundamentais. “O Conselho Nacional do Ministério Público, como protagonista do aperfeiçoamento institucional do Ministério Público, não poderia deixar de também se ocupar dessa tão importante tarefa. Essencial, eu diria, de modo a estimular ainda mais iniciativas ministeriais no campo dos direitos fundamentais”, afirmou no discurso. **N**

Câmara dos Deputados presta homenagem ao dia do trabalhador

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 30 de abril, de sessão solene da Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia do Trabalho, comemorado no dia 1º de maio. A data marca no Brasil este ano, também, os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43), que reuniu em 1943 boa parte dos direitos assegurados até hoje ao trabalhador brasileiro, como o salário mínimo, o recebimento de hora extra e de adicional por trabalho noturno, além de férias remuneradas e vários outros. **N**



Presidente da ANPT, o representante do Conselho Federal da OAB, Nilton Correa, e o presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-DF, Marcone Guimarães Vieira

Foto: Ascom/CF-OAB-DF